

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Operação Marquês: O Julgamento em Câmara Lenta (e a Democracia no Banco dos Réus)

Publicado em 2026-01-24 16:18:09



Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Julho de 2025, cerca de uma década após a detenção de José Sócrates em 2014. **Fonte:** *El País*.¹ O

- O Ministério Público formalizou a acusação em 2017; o processo passou por instrução e sucessivas decisões e recursos. **Fonte:** DCIAP/MP e sínteses cronológicas.¹
- O julgamento tem sofrido interrupções e adiamentos, incluindo episódios recentes ligados à defesa e nomeações oficiais. **Fontes:** RTP e ECO.²
- Há alertas públicos para riscos de prescrição de alguns crimes mais antigos, segundo informação veiculada em notícias sobre decisões/sessões do tribunal.³
- Este texto não imputa culpas; reflecte sobre o processo e sobre a falha sistémica de um Estado que se diz “do povo”, mas se revela muitas vezes incapaz de se julgar a si próprio.



Lenta

O que se arrasta não é apenas um processo.

É uma pergunta: quem manda, afinal, no Estado?

Há processos que procuram julgar factos. E há processos que acabam por julgar um país inteiro — não por intenção, mas por inevitabilidade.

O caso José Sócrates, no âmbito da Operação Marquês, tornou-se isso mesmo: um julgamento em câmara lenta onde, sessão após sessão, não se expõe apenas um arguido; expõe-se a anatomia de um regime político que aprendeu a falar em nome do povo enquanto construía, nos bastidores, redes de influência, promiscuidade e impunidade.

O julgamento começou formalmente a 3 de Julho de 2025, quase dez anos depois da detenção de 2014. A justiça, aqui, não caminha: arrasta-se. E ao arrastar-se, deixa marcas — não apenas nos arguidos e nas vítimas difusas do “sistema”, mas na confiança pública.⁴

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

país gosta de novelas com vilões e heróis, porque isso poupa o trabalho mais difícil: olhar para a estrutura.

Mas o nervo desta crónica não é uma sentença antecipada. É outra coisa: o reconhecimento de que um processo desta dimensão só existe porque um conjunto vasto de mecanismos falhou durante anos — mecanismos de fiscalização, mecanismos de transparência, mecanismos de responsabilidade política, mecanismos de controlo sobre decisões públicas e privadas.

O Ministério Público acusa José Sócrates de um conjunto de crimes, e o processo envolve ainda outros arguidos e matérias ligadas a grandes interesses económicos; isso é matéria judicial, não editorial. O que é editorial — e urgente — é perguntar: **como é que um Estado moderno, que é supostamente uma democracia integrada na UE, permite que a suspeita de promiscuidade sistémica se acumule durante anos sem ruptura institucional séria?**⁵

O Estado que usa o nome do povo para se servir

Há uma frase que define a patologia portuguesa: “é a democracia a funcionar”.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Estado que parece incapaz de separar poder político de poder económico; um Estado onde os partidos alternam como se alterna a decoração do gabinete, mas preservam — com zelo tácito — as engrenagens que tornam o acesso mais importante do que o mérito, e o contacto mais importante do que a lei.

Uns beneficiam de forma directa. Outros beneficiam por omissão. Quase todos beneficiam do “normal” — esse normal viscoso em que ninguém tem culpa e, por isso mesmo, nada muda.

Enquadramento jurídico: o teatro da demora

A Operação Marquês é, por si só, um compêndio das virtudes e dos vícios do processo penal português: investigação longa, instrução complexa, sucessivas decisões e recursos, incidentes, nulidades arguidas, contestação pública da legitimidade do processo, e uma engrenagem que parece sempre capaz de criar mais um corredor antes da sala final.

Não se trata de negar direitos de defesa — esses são pilares do Estado de Direito. Trata-se de reconhecer o efeito político de um processo que dura tanto tempo que começa a produzir uma justiça paradoxal: **uma justiça formalmente rigorosa, mas socialmente estéril.**

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ausência do advogado principal por razões de saúde. O processo continua, mas a percepção pública degrada-se: cada interrupção alimenta a ideia de um teatro interminável.⁶

Há ainda um dado corrosivo: o risco de prescrição de crimes mais antigos — uma realidade que, quando entra no horizonte temporal de um julgamento, transforma o relógio num actor central. O tempo deixa de ser apenas duração; passa a ser estratégia. E o povo, espectador, aprende que o Estado pode demorar tanto que a própria lei desiste.⁷

A democracia sentada no banco dos réus

É aqui que a crónica ganha a sua lâmina: **não se está apenas a julgar José Sócrates** — está-se a julgar a credibilidade de um regime que, durante décadas, prometeu modernidade e entregou dependência; prometeu ética e entregou impunidade; prometeu transparência e entregou opacidade.

Enquanto o processo prossegue, os partidos que edificaram este ecossistema — uns no governo, outros na oposição, quase sempre com responsabilidade repartida pelo tempo — assobiam para o ar, como se não tivessem habitado o mesmo edifício. Como se não tivessem beneficiado do mesmo silêncio. Como se não tivessem, também eles,

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

olhar, mais uma vez, para um Estado que se apresenta como “representação” mas funciona como “apropriação”.

Epílogo: a justiça não pode ser só liturgia

Não é preciso condenar em praça pública para dizer o essencial: um sistema político que permite décadas de promiscuidade suspeita, e uma justiça que se estende por anos até a verdade perder a força, está a falhar no núcleo do contrato democrático.

A História faz-se de factos, sim — mas também de consciências despertas.

Se a justiça for apenas liturgia processual, deixa de ser justiça. E se o Estado não consegue proteger o povo da captura do poder — enquanto usa, ilegitimamente, o nome do povo para se servir — então não há eufemismo que o salve.

Que este caso fique como memória activa.

Não para satisfazer o espectáculo.

Mas para obrigar o país a reformar o mecanismo que tornou tudo isto possível.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Há um povo com memória e que nunca esquece. Porque quando um regime de 51 anos deixa um país mergulhado num pântano apodrecido, e não consegue redimir-se perante o povo que lesou, enganou e ultrajou, a História não é branda

—

a História cobra.

Cobra em descrédito, em ruptura, em decadência lenta. Cobra quando a confiança morre, quando a democracia se esvazia, quando o futuro deixa de acreditar em si próprio. Nenhum poder escapa eternamente ao juízo do tempo.

E quando esse juízo chega, não pede autorização aos culpados. Limita-se a escrever o veredito.

REFERÊNCIAS (leitura e verificação)

Nota editorial: ligações seleccionadas para enquadramento factual do processo e do seu arrastamento público. (Fontes institucionais e jornalísticas; recomenda-se leitura cruzada.)

- Ministério Público / DCIAP — “Operação Marquês. Acusação” (11 Out 2017)

Documento/nota oficial do MP com a dedução de

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

“Julgamento da Operação Marquês” (3 Jul 2025)

Notícia sobre o início do julgamento e enquadramento geral.

rtp.pt — início do julgamento

- Diário de Notícias — “Operação Marquês: primeira sessão de julgamento...” (3 Jul 2025)

Peça noticiosa de acompanhamento da primeira sessão.

dn.pt — primeira sessão

- RTP — “Operação Marquês. Advogado de José Sócrates vai continuar ausente do tribunal” (12 Jan 2026)

Notícia sobre constrangimentos de representação/adiamentos e impacto processual.

rtp.pt — ausência do advogado

- RTP — “José Sócrates de novo sem advogado. José Preto renuncia...” (Jan 2026)

Episódio adicional que ajuda a ilustrar a dimensão “teatral” da marcha processual.

rtp.pt — renúncia/defesa oficiosa

- RTP — “Sócrates pede nulidade de sessões com advogada oficiosa” (15 Jan 2026)

Notícia sobre incidentes processuais e pedidos de nulidade.

rtp.pt — pedido de nulidade

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

[cmjornal.pt — cronologia](#)

- RTP Arquivos — "Operação Marquês: despacho de acusação do Ministério Público"

Registo e contexto audiovisual de peças relacionadas com acusação e evolução do caso.

[arquivos.rtp.pt — registos](#)

BASES JURÍDICAS E CASOS INTERLIGADOS (o padrão sistémico)

O caso Operação Marquês não surge isolado. Integra um conjunto de processos que, ao longo de décadas, revelam fragilidades estruturais do sistema político-judicial português: prescrição recorrente, excessiva duração processual, promiscuidade entre poder político, económico e administrativo, e ausência de responsabilização institucional.

Bases jurídicas relevantes

- **Constituição da República Portuguesa**

Art.º 2.º — Estado de Direito democrático

Art.º 20.º — Acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva

Art.º 266.º — Administração Pública ao serviço

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Art.º 277.º — arquivamento

Art.º 379.º — nulidades da sentença

dre.pt — Código de Processo Penal

- **Código Penal — Prescrição**

Art.º 118.º a 121.º — prescrição do procedimento criminal

Art.º 122.º — efeitos da prescrição

dre.pt — Código Penal

- **Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH)**

Art.º 6.º da Convenção Europeia dos Direitos

Humanos — julgamento em prazo razoável

echr.coe.int — Convenção



Casos judiciais interligados (padrão recorrente)

- **Processo Casa Pia**

Arrastamento por mais de uma década; crimes prescritos; condenações parciais; falha estrutural do Estado na protecção de menores institucionalizados.

- **Operação Furacão**

Fraude fiscal e branqueamento; acordos, prescrições e penas suspensas; impacto reduzido face à dimensão económica.

- **Processo BPN**

Maior desastre financeiro da história portuguesa; prejuízo público superior a 4.000 milhões de euros;

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

processos ainda em curso; dificuldade extrema de punição penal efectiva.

- **Operação E-Toupeira**

Violação do segredo de justiça; exposição da fragilidade interna do sistema judicial.

- **Processo TAP / indemnizações públicas**

Decisões políticas com impacto financeiro massivo; inexistência de responsabilidade criminal ou política efectiva.

Síntese jurídica e histórica

Estes processos não demonstram apenas falhas individuais. Revelam um **padrão estrutural**:

- duração processual excessiva;
- prescrição como mecanismo recorrente de impunidade;
- captura política do Estado por interesses económicos;
- ausência de responsabilização partidária;
- confusão entre legalidade formal e justiça material.

Quando este padrão se repete durante décadas, deixa de ser disfunção — passa a ser método.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Não se trata de um homem.

Trata-se de um sistema.

[leia]



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)